



“IDEOLOGIA DE GÊNERO” E ESCOLA SEM PARTIDO: DESAFIOS DO ENSINO DA SOCIOLOGIA NA POLÍTICA BRASILEIRA A PARTIR DOS EMBATES HEGEMÔNICOS EM TORNO DA EDUCAÇÃO

“IDEOLOGÍA DE GÉNERO” Y ESCUELA SIN PARTIDO: DESAFÍOS DE LA ENSEÑANZA DE LA SOCIOLOGÍA EN LA POLÍTICA BRASILEÑA DESDE LAS LUCHA HEGEMONICAS EN LA EDUCACIÓN

“GENDER IDEOLOGY” AND SCHOOL WITHOUT A PARTY: CHALLENGES OF TEACHING SOCIOLOGY IN BRAZILIAN POLICY FROM THE HEGEMONIC FIGHTS AROUND EDUCATION

Silas Veloso de Paula Silva¹

Isabella Nara Costa Alves²

Fernanda Barreto Gueiros Vidal³

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa (exploratória) que discute a “Ideologia de Gênero” e o “Movimento Escola sem Partido” enquanto elementos discursivos inseridos em um campo de articulação transnacional. Parte-se das reflexões acerca dos “embates hegemônicos” em torno das políticas de gênero e sexualidade e de uma revisão bibliográfica sobre as temáticas em questão. Busca-se analisar a partir da teoria do discurso os desafios enfrentados pela sociologia no atual cenário político brasileiro. Como resultados, o trabalho aponta que tais elementos discursivos estão associados aos avanços e pautas neoconservadoras e neoliberais somadas aos interesses de grupos religiosos na América Latina, sendo a educação um espaço de disputa entre os sentidos que defrontam por fixação e hegemonia. Conclui-se evidenciando o urgente contexto estrutural das demandas anti-intelectuais, fundamentando propostas político-pedagógicas contrastantes, como a pedagogia feminista, pedagogia *queer* e decolonial assim como suas respectivas concepções curriculares.

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPE/PPGEDU). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. Bolsista pela concessão de bolsas de Pós-graduação pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPE/PPGEDU). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. Bolsista pela concessão de bolsas de Pós-graduação pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

³Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Escola sem Partido. Ideologia de Gênero. Sociologia. Teoria do discurso.

RESUMEN

Este trabajo es una investigación cualitativa (exploratoria) que discute la "Ideología de género" y el "Movimiento Escuela Sin Partido" como elementos discursivos insertados en un campo de articulación transnacional. Con base en reflexiones sobre los "enfrentamientos hegemónicos" en torno a las políticas de género y sexualidad y una revisión bibliográfica sobre los temas en cuestión, analizamos, desde la teoría del discurso, los desafíos que enfrenta la sociología en el escenario político brasileño. El trabajo señala que tales elementos discursivos están asociados con los avances neoconservadores y neoliberales agregadas a los intereses de los grupos religiosos en América Latina, con la educación como un espacio de disputa entre los significados que se enfrentan entre sí por la fijación y la hegemonía. Concluimos destacando el contexto estructural urgente de las demandas anti-intelectuales, basando propuestas político-pedagógicas contrastantes, como la pedagogía feminista, la pedagogía *queer* y decolonial, así como sus respectivas concepciones curriculares.

PALABRAS-CLAVE: Escuela sin Partido. Ideología de género. Sociología. Teoría del discurso.

ABSTRACT

This work is a qualitative (exploratory) research that discuss the “Gender Ideology” and the “School Without Party Movement” as discursive elements inserted in a field of transnational articulation. Starting the reflections about the “hegemonic clashes” around gender and sexuality policies and from a bibliographic review around the themes in question, we seek to analyze from the theory of discourse the challenges faced by sociology in the current Brazilian political scenario. As a result, the work points out that such discursive elements are associated with the advances and neoconservative and neoliberal agendas added to the interests of religious groups in Latin America, with education being a space of dispute between the meanings facing them by fixation and hegemony. We conclude by highlighting the urgent structural context of anti-intellectual demands, grounding contrasting political-pedagogical proposals, such as feminist pedagogy, queer pedagogy and decoloniality, as well their respective curricular conceptions.

KEYWORDS: School Without Party. Gender ideology. Sociology. Discourse theory.

* * *

Todos nós, na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais - e a sociedade - de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade.

Bell Hooks

Introdução

O Movimento Escola sem Partido (MESP) e a “Ideologia de Gênero” (IG) são elementos discursivos associados às demandas do ultraliberalismo e articulados aos interesses históricos/contingentes em torno de uma moralidade religiosa, que visam alcançar seus objetivos através do campo político/social, onde estão inseridas instituições como a família e a escola, ambas “responsáveis” pela mediação de processos educacionais e socio-culturais, que neste contexto, têm sido alvo de disputas pelo controle de corpos e construções de subjetividades.

A justificativa deste trabalho se alinha com a defesa de Lopes (2019) que propõe diante do atual cenário político brasileiro, direcionar o foco das pesquisas para as análises das demandas *anti-políticas*, do que centralizar as discussões em torno dos atores políticos. Por isso, estamos nos concentrando nas demandas educacionais conservadoras e ultraliberais (IG e MESP), enquanto elementos de um discurso de combate a um suposto *marxismo cultural*.

A escolha pela aplicação da análise com base na teoria do discurso (TD) se dá pela possibilidade de analisar o MESP e a IG não de forma isolada ou unilateral, mas dentro de um panorama transnacional e de sobreposição especificamente, compreendendo o social como ontologicamente político. Nesse sentido, as identidades e os processos sociais de modo geral não se constituem de forma pré-concebida nem se reduzem às questões econômicas. A teoria do discurso, além disso, se distancia das análises engessadas e polarizadas, como aquelas que Laclau e Mouffe (1989) chamaram de verdades evidentes do passado, que há muito tem intensificado um abismo entre teoria e práticas sociais, e aprisionado as análises dos conflitos sociais a categorias essencialistas, universais e dicotômicas; impedindo a compreensão de um mundo efêmero e em disputa que se constitui dentro e fora de nós.

Em relação à metodologia, este trabalho de natureza política/teórica é resultado de uma pesquisa-qualitativa de cunho exploratório, que “tem por finalidade a elaboração de instrumento de pesquisa adequado à realidade” (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 318) e pode se tratar de “uma pesquisa preparatória acerca de um tema pouco explorado ou, então, sobre um assunto já conhecido, visto sob nova perspectiva, e que servirá como base para pesquisas posteriores” (CASARIN; CASARIN, 2012, p. 40).

Sendo assim, buscamos dialogar com autores/as que vêm discutindo e apresentando resultados relacionados às investigações sobre IG e MESP, além de conceitos como os de “hegemonia” e “ideologia” que em consonância com a teoria do discurso se tornam peças-chaves para compreender as articulações antigênero e o MESP enquanto fenômenos sociais, inseridos na onda ultraliberal e conservadora, que segundo Neto e Campos (2017) desde a década de 1990 (em forma de neoliberalismo) têm provocado impactos na educação básica e superior.

Segundo Neto e Campos (2017), Marrach (1996) ressalta objetivos relacionados à retórica neoliberal referente ao papel estratégico da educação. Neste trabalho estamos focando em um deles, que é o de: “Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante” (MARRACH, 1996, p. 46-48 *apud* NETO E CAMPOS, 2017, p. 10994). Posto isto, situamos a IG e o MESP como parte de uma política de universalização do ensino, onde o lucro, a concorrência, a individualização e o não criticismo são peças centrais de um projeto educacional partidário aos discursos ultra/neoliberais e ideologicamente compatíveis a uma forma específica de moralidade e constituição de sujeitos.

Sendo impossível fazer uma análise dos impactos do neoliberalismo ou ultraliberalismo na educação em uma estrutura de artigo científico, pretendemos abordar suas interferências através dos elementos discursivos MESP e IG na área das ciências humanas, tendo como desdobramento: o foco na discussão dos impactos de tais elementos no ensino da sociologia que, entre os diversos alagoes eleitos para fundamentar a ideia de doutrinação nas escolas, tem sido alvo de negligência, escanteio, falseamento e descaracterização enquanto ciência.

Segundo Freitas e França (2016), o ensino da sociologia tem seu processo de institucionalização na educação básica marcado por intermitências de sua presença e frequentes exclusões que podem estar relacionadas aos contextos políticos da história do Brasil. Orsato e Ferreira (2017) mencionam também a existência de disputas sobre a inclusão da disciplina nos currículos de ensino médio brasileiro, através de reformas educacionais levadas a termo por diferentes governos. Tal intermitência curricular aponta a sociologia como objeto de disputa discursiva. A exemplo disso citamos a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 que, no período da ditadura militar brasileira (1964 – 1985) substituiu as disciplinas relacionadas às ciências humanas - como a filosofia, a

sociologia e a psicologia - pelas matérias de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Outro exemplo mais recente que evidencia a exclusão da disciplina de sociologia (assim como Artes, História e Filosofia) como obrigatória foi a Reforma do Ensino Médio durante o Governo Temer, que notabiliza esse processo de intermitência, assim como, recentemente em Abril de 2019, em que o atual presidente do Brasil e ex-militar Jair Bolsonaro, defendeu em seu *twitter* a descentralização dos investimentos para os cursos de sociologia e filosofia no país.

Atualmente, a desvalorização das ciências humanas não pode ser analisada dissociada dos elementos discursivos MESP e IG, pois se tratam de posições político-ideológicas que instituem um discurso em torno da educação brasileira. Essas articulações concebem o pensamento crítico à realidade social como ameaça, e menosprezam áreas de conhecimento cujos conteúdos possam vir a divergir de seus discursos moralizantes e autoritários no que tange às questões sociais/político/culturais.

Em tempos de censuras, de perseguição de professoras/es, de descaracterização e menosprezo das ciências humanas, é vital investigar as possíveis relações conflituosas entre os “novos” interesses e discursos econômicos e os “pânicos morais”⁴, - que estão se multiplicando no mundo social e tratando a educação como *ponto nodal* para seus fins - principalmente, por muitos deles serem oriundos de grupos conservadores e totalitários no cenário político transnacional.

Desta forma, este trabalho está dividido em duas partes, cada uma com os seguintes objetivos em sequência: 1- Uma sucinta contextualização do MESP e da IG no Brasil como elementos de um discurso que constitui uma agenda política sexual; 2- Análise desses embates hegemônicos como instrumentos da agenda neoliberal a partir dos conceitos *hegemonia* e *ideologia*, refletindo sobre como tais embates e articulações ultraconservadoras impactam de forma negativa o ensino da sociologia, a prática docente e o próprio viés democrático que deveria guiar a educação brasileira conforme a Constituição Federal.

⁴ “[...] aqueles que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (MISKOLCI, 2007, p. 103).

Contextualizando: escola sem partido, “ideologia de gênero” e agenda política sexual do neoliberalismo

A “Ideologia de Gênero” (IG) e o Movimento Escola sem Partido (MESP) têm sido difundidos no Brasil por grupos de interesses em comum, entre eles podemos citar: a frente Evangélica Parlamentar; partidos políticos de direita com agendas neoliberais; forte apoio da Igreja Católica, grupos conservadores da sociedade e setores religiosos neopentecostais. Segundo Miguel (2016), o MESP surge no Brasil em 2004, mas só em 2014 se torna um projeto de lei e a principal organização a se apresentar enquanto uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (MIGUEL, 2016, p. 595).

Na definição de Oliveira Filho, (2019, p. 09) “[...] o MESP⁵ se constitui como uma reivindicação política objetivada em instituir uma legislação restritiva em torno dos princípios que regem o sistema educativo – instituição sancionada pelo Estado brasileiro”. Entre as principais discussões do movimento em questão estão: a moralidade, a ética docente, a laicidade do Estado, e a liberdade no âmbito da “pluralidade”. Contudo, o caráter “benigno” e “sadio” das propostas e discussões do MESP é deslocado e colocado em xeque, quando vêm à tona algumas afinidades entre as suas principais pautas e as de grupos políticos conservadores e de direita; fazendo com que a busca pela “neutralidade” no ensino educacional e o combate a um “único viés ideológico” nas instituições de ensino se evidenciem enquanto nítidas falácias.

Para sintetizar, o MESP e seus/suas aliados/as, afirmam que nos últimos anos existiu no Brasil uma espécie de doutrinação ideológica, proveniente de grupos de esquerda, que através de “professores-militantes” se utilizaram da escuta cativa dos/as alunos/as para difundir apenas um viés ideológico. Vale ressaltar que nesta perspectiva, tanto o MESP quanto a IG fazem parte das demandas educativas que “combatem” o chamado “marxismo cultural”, termo cunhado pelo movimento antipolítica que ganhou força nas manifestações de 2013 e teve seu clímax no golpe político que acarretou no *impeachment* de Dilma Rousseff. Segundo Lopes (2019) o dito *marxismo cultural*

⁵Arquivado pela não aprovação em comissão ao final da 55ª legislatura na Câmara dos Deputados, o projeto de lei (PL) número 7.180 do ano de 2014 é conhecido como a proposta legislativa em que tramita outro apensado, o PL nº 867/15 que institui o "Programa Escola sem Partido (ESP)" (FILHO, 2019, p. 09).

detêm a crença de que intelectuais marxistas iniciaram uma guerra cultural, abrangendo uma ideia de conspiração.

Existem no Brasil, diversos projetos de leis que emergem do campo político de direita e são defendidos e fortalecidos pelo MESP, entre eles esteve a Reforma do ensino médio (Lei 13.415), sancionada em 2017, pelo presidente Michel Temer. Tal reforma definiu uma nova organização curricular para o ensino médio no Brasil, que chama, por exemplo, de “flexibilidade no currículo” a tentativa de direcionar a educação para as demandas do capitalismo neoliberal, e que representa peças de articulações políticas transnacionais em prol do que Brown (2019) chama de agenda antidemocrática. Apresentamos tal reforma como antidemocrática principalmente por sua construção e aprovação ter acontecido de forma verticalizada, sem participação ou consulta da comunidade escolar, que seriam cruciais dada a pretensão de pensar uma estrutura curricular (universal) para o ensino médio de todo o país. Esta reforma cria os itinerários normativos, que desobriga enquanto disciplinas os estudos de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes.

Lopes (2019) apresenta detalhadamente outra perspectiva acerca da articulação desses elementos discursivos na política brasileira. Segundo a autora, no MESP, tanto as críticas com relação às políticas de gênero, quanto à proliferação de *fake news* referentes aos conteúdos de gênero e sexualidade na educação, “foram alguns dos momentos de uma articulação discursiva que levou Bolsonaro à presidência da República” (LOPES, 2019, p.04). Essas articulações em volta das eleições presidenciais de 2018 são algumas das evidências que nos guiam na defesa da inexistência de uma neutralidade nessas iniciativas e nos fazem apontar que tais grupos buscam a hegemonia de seus discursos em torno dos novos rumos da educação e das políticas educacionais e de gênero no país, através do estabelecimento e consolidação de uma *lógica fantasmática* - No sentido de Glynnos e Howarth (2018) - que define o *marxismo cultural* enquanto “inimigo em comum” a ser combatido pela sociedade civil. Dentro do *marxismo cultural* estariam inseridas, por exemplo: a “Ideologia de Gênero”, a ideia de doutrinação por parte de professores/as e a consequente descredibilização das ciências humanas.

Tais elementos discursivos conservadores e ultraliberais se fortalecem com Jair Bolsonaro, que manifestou esta agenda no seu plano de governo - o então presidente encaminhou um Projeto de Lei⁶ visando proibir a suposta IG no ensino fundamental, e

⁶Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/bolsonaro-quer-proibir-ideologia-de-genero-das-escolas-atraves-de-projeto-de-lei>. Acesso em: 15/03/2020.

durante a Marcha para Jesus, afirmou ser “coisa do capeta”⁷ -, e se intensifica com o seu atual ministro da Educação, Abraham Weintraub. Este último segundo Lopes (2019) é abertamente contra a suposta “doutrinação”, além de ser um forte depreciador de Paulo Freire como patrono da educação brasileira, considerando este como um educador que mobiliza a formação de “soldados”.

Oliveira Filho (2019), em sua pesquisa sobre a análise do discurso parlamentar das audiências legislativas que debatiam o MESP, constata nas bases que sustentam a defesa do projeto, (1): uma visão limitada da função da escola e do papel do/a educador/a; (2): a moralização do tema da educação sexual; (3): o retorno do discurso anticomunista; (4): o emprego do imaginário religioso da guerra cultural; e (5): a disputa discursiva relativa aos limites da liberdade de expressão de profissionais de ensino.

Sobre a sucinta caracterização e contextualização da “Ideologia de Gênero”, acolhe-se aqui o direcionamento das novas linhas de investigações feitas pelo Observatório de Sexualidade e Política (SPW) que desde 2017, mapeia e analisa as ofensivas antigênero na América Latina, com o intuito de enfatizar as novas configurações e disputas em torno de gênero e sexualidade dentro desse território. Seguindo à caracterização em relação à IG, Miskolci e Campana (2017) apontam que nos últimos anos, em diversos contextos nacionais, sobretudo na Europa e posteriormente na América Latina, emergiram debates sobre o que grupos – religiosos e laicos – denominam no Brasil “Ideologia de Gênero”, mas que segundo Miguel (2016) em outros países como França e Itália ficou conhecido como “*teoria do gender*” (“*théorie du gender*”, “*teoria del gender*”). No Brasil, o uso da expressão “Ideologia de Gênero”, se intensificou com a estruturação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 e, desde então, tem causado grande repercussão no cenário político do país.

Na visão de Silva (2019, no prelo), a IG se trata de uma expressão ideológica que parte de uma reação da igreja católica e grupos de direita aos avanços de pautas políticas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos. Tal expressão tem sido difundida, sobretudo, por grupos evangélicos, com forte apoio de setores tradicionais da Igreja Católica e grupos políticos conservadores. O autor aponta que no campo da educação, tais grupos tratam as temáticas de diversidade sexual e de gênero nas escolas como manipulação, inversão de valores e incentivo à homossexualidade. Essas concepções se

⁷Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-diz-na-marcha-para-jesus-que-ideologia-de-genero-e-coisa-do-capeta-eu-jonnie-bravo-sou-cristao/>. Acesso em: 06/04/2020.

fundamentariam em uma noção nuclear de família e de natureza sexual, que caracterizam as discussões de gênero e sexualidade enquanto conteúdos provenientes de uma doutrinação dos governos de esquerda.

Por conseguinte, tanto a IG quanto o MESP fazem parte de articulações que confluem em direcionamentos de alguns grupos e interesses políticos, de tal maneira que ambos os discursos emergem no Brasil em 2014. Segundo Carrara (2015), foi neste ano que:

Em foco estava o fato de diferentes câmaras legislativas do país, envolvidas com a aprovação de seus respectivos planos estaduais e municipais de educação, já estarem prontas a seguir o exemplo do Congresso nacional que, em 2014, suprimiu do texto final do Plano Nacional de Educação (PNE) todos os trechos em que “gênero”, “orientação sexual” e “sexualidade” eram explicitamente mencionados, fossem como fundamento de desigualdades sociais e de práticas discriminatórias a serem “combatida” nas escolas, fossem como temas importantes na formação de professores. (CARRARA, 2015, p. 323).

Seguindo na caracterização e discussão sobre a IG, Ramirez (2020) a aponta como um movimento de base neointegralista⁸ católico que aliado a uma aliança político-cultural com o fundamentalismo neopentecostal, funciona ao modelo político neoliberal. Contudo, para além do campo religioso, existem no campo intelectual e acadêmico autores/as e pesquisadores/as desenvolvendo uma caracterização contrária as de Carrara, Ramirez e Silva⁹, ou seja, que afirmam a existência de uma IG como parte de uma doutrinação nociva ao ambiente escolar e defendem em seus trabalhos a difusão dos perigos que tal ideologia representa à sociedade. Tais antagonismos representam o que Oliveira, A. e Oliveira, G., (2018), a partir da TD chamam de “embates hegemônicos”, que seria justamente a disputa discursiva em torno das políticas de gênero e sexualidade.

⁸ “O movimento neo-integralista abarca os atuais seguidores da doutrina integralista preconizada por Plínio Salgado e demais líderes na década de 30, no Brasil. De uma forma geral, os membros deste movimento tentam reativar as idéias, concepções de mundo e de organização da sociedade do antigo movimento integralista, enfatizando a hierarquia, a desigualdade e os preconceitos raciais e sociais, amparados nos valores morais e cristãos.” (REIS, 2007, p. 114).

⁹ “A Ideologia de Gênero” na concepção de Carrara, Ramirez e Silva se trata de um discurso político antigênero que ataca o conceito de gênero e tenta, através de um “pânico moral”, depreciar e combater as discussões sobre gênero e sexualidade nos espaços educacionais. Neste sentido, existem dois discursos em disputa sobre a IG no atual cenário político brasileiro: 1 - Como expressão criada pela Igreja Católica e políticos de direita para difundir um pânico moral, visando o controle das políticas de gênero e sexualidade e o ataque às teorias feministas. Neste primeiro sentido os/as autores/as combatem tal expressão. 2- A defesa e a difusão da expressão IG enquanto uma pseudoantropologia-feminista que visa à destruição da família e a reengenharia social através da doutrinação de crianças e adolescentes. Neste segundo sentido, os/as autores/as defendem a existência de tal ideologia e se utilizam de tal sintagma para combater os conteúdos de gênero e sexualidade e diversidade sexual na educação.

Scala (2011) em sua obra *Ideologia de gênero, o neototalitarismo e a morte da família* parece ser o grande pensador e guru da articulação e defesa transnacional antigênero no campo político/teórico. Segundo o autor, a “Ideologia de Gênero”, seria uma "pseudoantropologia feminista com pretensões à 'reengenharia social' planetária" (SCALA, 2011, p. 46). Através da obra de Scala, percebemos como a IG representa uma articulação discursiva que cria as bases para um movimento anti-gênero transnacional. Tal articulação nutre uma *lógica fantasmática* sobre a existência de uma iniciativa global que visa uma “reengenharia social”, formulando um inimigo em comum e difundindo um pânico moral entre a população.

No Brasil e em países latinos, a “Ideologia de Gênero” e movimentos semelhantes ao MESP¹⁰ têm crescido com grande apoio de igrejas neopentecostais e neofundamentalistas e segundo Miguel (2016) esses segmentos religiosos ganham força na década de 1990 no Brasil, sobretudo com o investimento das igrejas neopentecostais na eleição de seus/as pastores/as:

Aliados a setores mais conservadores da Igreja Católica e aos interesses econômicos do ultraliberalismo - tendo como uma de suas figuras representativas o filósofo também adepto ao anticomunismo, Olavo de Carvalho - tais grupos ameaçam a educação brasileira e a fazem refém de políticas que servem aos seus interesses, principalmente no que diz respeito a medidas de imposição no âmbito moral. (SILVA, 2019, p. 19, no prelo).

Ainda sobre as influências das articulações religiosas nas questões políticas e educacionais na América Latina, Ramirez (2020) nos ajuda a compreender como a repolitização conservadora do campo religioso está associada ao cenário de avanço neoliberal. Para a autora, o neoconservadorismo religioso funciona na disciplina das subjetividades, na tentativa de tornar os indivíduos mais dóceis politicamente, fertilizando o terreno do político à “imposição e aceitação das lógicas autoritárias de exercício do poder” (RAMIREZ, 2020, p. 07).

As articulações discursivas/religiosas neste sentido, não se situam apenas no âmbito privado, ao contrário, elas adentram aos espaços políticos/institucionais, e apelam pela consciência dos sujeitos para a repercussão e reprodução de seus discursos. No Brasil, por exemplo, na votação que desembocou no *impeachment* (golpe político-jurídico-midiático) da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, eram lamentáveis as

¹⁰Nos países vizinhos latino-americanos, a resistência conservadora ganhou um lema comum: o "Con Mis Hijos No Te Metas" - em português, "não se meta com meus filhos".

justificativas da maioria dos/as parlamentares, que “em nome de Deus e da família tradicional” destituíram a presidenta do poder. Vale lembrar que Miguel (2016) faz uma análise pertinente para os estudos de gênero, sobre o desenvolvimento da “Ideologia de Gênero”, como uma contra-ofensiva que ganha força em particular nos países onde mulheres chegaram ao poder; o que para os grupos de “empreendedores/as morais”, representaria ameaça aos avanços em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.

O objetivo político prioritário compartilhado pelos vários grupos conservador-religiosos-neoliberais que usam o recurso retórico da “ideologia de gênero” é assumir - por meio dos mecanismos eleitorais da democracia formal - o Estado e suas instituições e, a partir de dentro, impor sua visão social e econômica. (RAMIREZ, 2020, p. 11, tradução nossa, grifo nosso).

Ao que parece, o direcionamento das proposições executadas pela demanda neoliberal desenham um regime próprio sobre a sexualidade¹¹, o que chamaremos aqui de *política sexual do neoliberalismo*. Contudo, tal afirmativa não se trata de uma definição concreta ou de verdade absoluta acerca de como a sexualidade vem sendo tratada neste novo (ou contínuo) contexto transnacional. É antes de tudo um exercício reflexivo acerca de como as políticas de sexualidade e a própria categoria de gênero vêm sendo, não surpreendentemente, atacadas dentro de contextos e movimentos econômicos-culturais-sociais específicos, que criam e difundem discursos homogêneos na América Latina, desqualificando as questões de gênero e sacrificando as ciências humanas em prol de ordens discursivas que se projetam enquanto “novas” configurações ou reformas hegemônicas da sociedade.

Esta reflexão nos chama a atenção para a análise de Carrara (2015) quando põe a categoria dos direitos sexuais como centro da discussão em torno dos prazeres, dos corpos e das práticas sexuais. Além disso, o autor busca explicar como o *dispositivo da sexualidade* conforme concebido por Michel Foucault (1976), passa de um regime voltado à intensa subordinação dos prazeres individuais aos interesses do Estado a um discurso associado aos direitos humanos e sexuais, o que também é pertinente a esta análise, já que os direitos humanos e reprodutivos têm sido atacados pelas campanhas antigênero e pelos partidos de direita que têm avançado em toda a América Latina. Contudo, o autor pontua que ambos os regimes convivem em tensionamento na contemporaneidade, e nesse sentido que no parágrafo anterior, questionamos o que há de “novo” em tais configurações:

¹¹ “Regime da sexualidade” na perspectiva de Carrara (2015).

Em distintos modos de articulação, de colisão ou de enfrentamento, desenham diferentes políticas sexuais e estilos de regulação moral. Além disso, interagem e se articulam com as prevalentes moralidades cristãs. Assim, se é possível falar de um processo histórico de transformação ou de passagem de um regime a outro, ele é sem dúvida tecido lentamente, através de continuidades, rupturas e, às vezes, de inesperados compromissos (CARRARA, 2015, p. 333).

Antes de seguir para a discussão sobre os embates hegemônicos, a ameaça à escola enquanto uma instituição democrática e a docência em sociologia; encerraremos esta parte do artigo refletindo sobre o conceito de IG não só na lógica de “seus/suas empreendedores/as morais”, mas de forma sociológica.

Segundo a contribuição de Kroska (2007, p. 1867) em *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, “tanto a ideologia de gênero quanto a ideologia de papéis de gênero referem-se a atitudes em relação aos papéis, direitos e responsabilidades das mulheres e homens na sociedade”. Sendo assim, tal conceito pode refletir as relações estabelecidas pelos papéis de gênero de forma geral, ou dentro de um campo de dominação específico como, por exemplo, o econômico, familiar, legal, jurídico, e/ou dominação social.

Dentro dessa definição, tais campos possuem construções unidimensionais que variam de tradicional, conservadora, ou antifeminista para igualitária, liberal ou feminista. De acordo com essa perspectiva, ideologias tradicionais de gênero têm ligação direta com uma estrutura familiar específica (patriarcal), onde os homens devem desempenhar um papel de provedores, enquanto as mulheres desenvolvem atividades voltadas aos cuidados com os familiares e atividades domésticas. Tais associações são feitas através da negação da categoria gênero, e das configurações atribuídas aos papéis de gênero pelo sexo biológico. O problema com essa caracterização é seu aspecto evolucionista e dicotômico. Mas há um segundo sentido em que o conceito de Ideologia de Gênero¹² tem sido aplicado nos estudos feministas e de gênero, conforme aponta Kroska (2007): a existência de crenças sociais generalizadas que legitimam as desigualdades existentes entre os papéis de gênero.

Por exemplo, Lorber (1994: 30) define ideologia de gênero como "a justificativa de status de gênero, particularmente, sua avaliação diferencial. A ideologia dominante tende a suprimir as críticas fazendo com que essas avaliações pareçam naturais." Usada dessa maneira, a ideologia de gênero não é uma variável que varia de conservadora a

¹² Aqui a expressão IG aparece sem aspas, pois se trata de sua definição no sentido sociológico, o que atribui até esta parte do trabalho, uma “terceira via” para compreender tal sintagma.

liberal; em vez disso, refere-se a tipos específicos de crenças - aqueles que apoiam a estratificação de gênero. (LORBER, 1994, p.30 *apud* KROSKA 2016, p.1867).

Sendo assim, compreendemos o sintagma “Ideologia de Gênero”, como uma ideologia antigênero, e o *gênero* como um conceito das ciências humanas que vem sendo descaracterizado por essa ideologia. O que dificulta a compreensão da sociedade civil é justamente esse jogo de palavras que coloca o conceito de ideologia próximo de uma das lógicas marxianas, como consciência falsa que mascara e inverte a realidade social. Apontamos como tarefa para outras pesquisas e investigações, o exercício de reconstruir esse sintagma à luz das ciências humanas, de forma científica e não meramente ideológica como fazem os/as seus/suas empreendedores/as morais e grupos antigênero.

Os embates hegemônicos: a ameaça à educação e à docência em sociologia enquanto um processo antidemocrático

Neste cenário de conflitos discursivos, a sociologia é posta mais uma vez enquanto ré do grande tribunal político, como ferramenta que pode representar desde um instrumento de emancipação a uma ameaça dentro das lutas por hegemonia. Isso se dá porque a sociologia enquanto ciência constitui conhecimentos que contribuem na construção de discursos críticos e antagônicos às demandas hegemônicas. Logo, dentro do modelo econômico onde a educação se volta aos interesses do mercado, à defesa do Estado mínimo e à intensificação de livre mercado, não só a sociologia, mas também as ciências humanas e os campos artísticos e culturais, por exemplo, são deslegitimados a respeito de suas funções e sentidos no mundo social. Para entender a sociologia como um elemento discursivo que ameaça discursos hegemônicos, trazemos o conceito de *hegemonia* apresentado por Gramsci (1999) associado à sua noção de “ideologia”. Pontuamos que a noção de *ideologia* aqui apresentada seria a junção entre uma concepção de mundo e uma ética direcionada que influi no comportamento individual. Neste sentido, ela seria decisiva na orientação prática dos indivíduos, como entende Oliveira Filho (2019) e como força real, fato ontológico, que altera e modifica a vida humana. Isso nos ajuda a refletir sobre a sociologia como um objeto de disputa entre os discursos, no sentido de compreender os seus possíveis significados frente aos embates hegemônicos no campo educacional.

Gramsci (1999), ilustra o que podemos chamar de disputas por concepções da realidade. Hegemonia acontece, segundo Gramsci (1999, p. 97), quando, por "razões de submissão e subordinação intelectual", um grupo social toma emprestado uma concepção de mundo que não é sua, ou seja, quando o indivíduo age por uma conduta que "não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. Nesse aspecto, a linguagem social cumpriria uma função hegemônica, já que concepções de mundo de um grupo social estariam internalizadas na linguagem " (OLIVEIRA FILHO, 2019, p. 33).

Ampliando a discussão gramsciana, Laclau e Mouffe (1989) entendem uma relação hegemônica como tentativa de constituir uma relação de ordem, sistematização e aglutinação dos discursos. No entanto tais ordens estão em constante disputa, de forma precária e contingente. Com isso refletimos acerca da relação existente entre a sociologia e esses embates hegemônicos, assim como de seus significados e sentidos frente ao jogo de palavras que chamam de “Movimento Escola sem Partido” e “Ideologia de Gênero”, levando em consideração que a abordagem de discurso que utilizamos aqui vai além do campo da linguagem, ela representa as próprias práticas sociais.

Compreendemos que um dos motivos que levam a sociologia a um contingente processo de intermitência nos currículos educacionais, assim como a atual difusão de discursos anti-ciência e de ataques às universidades públicas na contemporaneidade, faz parte do jogo discursivo que vê a produção de conhecimento como peça fundamental no processo de disputa de suas hegemonias. Neste processo, as ciências humanas e a produção de conhecimento das universidades públicas (ainda não privadas como desejam), são intensamente questionadas e rechaçadas para que haja um convencimento no meio social de que são necessárias mudanças, cortes, reformas, privatizações, algo que soe como “novo” já questionado neste trabalho; mas que na verdade, são discursos e articulações que já existiam em tensionamento, e só agora conseguem espaço, fortalecimento e adesão social; como resposta às “velhas” práticas políticas-sociais.

A sociologia é tratada como uma ciência perigosa, justamente por ser potencialmente crítica a qualquer realidade social de sentidos fixos, seja ela de direita ou de esquerda. Isso não se trata de afirmar que a sociologia tenha resposta para tudo sobre o mundo social, e sim, que ela é capaz de instituir estranhamento ao que se apresenta como suturado. É o olhar sociológico em relação aos fenômenos sociais que vêm sendo atacados em detrimento de uma fortificação das submissões de corpos e mentes.

Hegemonia, ideologia e as disputas dentro e fora da sociologia

Apesar das diferenças distintivas, a teoria do discurso tem diálogo central com o pensamento gramsciano em relação aos conceitos de “hegemonia” e “ideologia”. Em Gramsci (1978), “a realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento” (GRAMSCI, 1978, p. 52 *apud* ALVES, 2010, p. 76). Segundo Alves (2010), a própria noção de hegemonia desenvolvida por Laclau e Mouffe (1989) em *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*, se trata de uma abordagem que visa expandir a noção gramsciana de “pensar a configuração social do capitalismo tardio e observar como se desenvolvem as disputas hegemônicas nesse novo espaço social”. (ALVES, 2010, p. 71). É a partir desse diálogo que buscamos compreender como os sujeitos em sociedade se unem em torno de uma hegemonia intelectual e moral ou se articulam a partir das lógicas de diferenças ou equivalências.

Os processos sociais desta forma estão implicados em espaços de disputa, não harmônicos, onde a realidade se constrói através dos discursos que são instituídos de forma não permanente, mas em tensão com outros campos de articulações discursivas. É por isso que nos chama atenção o processo de “intermitência” da sociologia, assim como a mudança no “dispositivo da sexualidade”, e o próprio terrorismo em torno de categorias como gênero e marxismo. Percebemos que os significados e o caráter hegemônico que são atribuídos a tais campos de articulação, são mutáveis e variáveis dentro de contextos históricos e políticos específicos.

Continuando na reflexão sobre *ideologia e hegemonia*, voltemos para a discussão sobre a IG. Seguindo o pensamento da TD, onde “não só o conhecimento, mas a própria realidade investigada pela ciência é produzida discursivamente” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1329) compreendemos que o discurso moral da IG não tem um plano de constituição a priori. Apesar disso, apontamos a existência de um plano de fundo em comum entre seus difusores (que buscam a manutenção da ordem patriarcal e da família) enquanto ferramenta que cria e limita o gênero à função de mercadoria reprodutora do ultra/neoliberalismo.

Tal plano de fundo se evidencia quando percebemos, por exemplo, dois tipos de discursos sobre gênero e diversidade sexual: ao mesmo tempo em que os corpos e

identidades dissidentes dessa lógica reprodutora estão inseridas, como nunca antes, nos meios de comunicação, mídia e publicidade gerando lucro para o mercado neoliberal (*pink money*¹³), tais corpos e identidades são negadas através do discurso de algumas instituições sociais, como a família, a escola e o Estado. Ou seja, em um campo discursivo o gênero e a sexualidade têm se tornado mercadoria, em outro, é totalmente negado e posto enquanto ameaça à reprodução da hegemonia neoliberal.

Sobre a ótica de Oliveira Filho (2019), a ideologia e hegemonia em Gramsci compõe a ideia de que na sociedade ocorrem lutas hegemônicas por ideologias contrastantes. Isso nos mostra certa aproximação com a Teoria do Discurso, no sentido de que existem articulações discursivas e embates/disputas constantes na construção da realidade social. Seguindo esse pensamento, tanto a IG, quanto o MESP, assim como as articulações transnacionais na esteira do neoliberalismo, visam a educação como um campo estratégico para instrumentalização, difusão ideológica e de submissão às suas pretensões hegemônicas.

Percebemos que os elementos discursivos isolados como o antigênero, a antidoutrinação, ou o anticomunismo, por exemplo, fazem parte de um grande sistema de quebra-cabeças com ideologia própria. Tal ideologia assume sua forma, por exemplo, nos ataques às universidades públicas brasileiras e principalmente às ciências humanas. Por esse motivo optamos por analisar a sociologia enquanto uma disciplina que sofre diretamente com a difusão dos discursos da IG e MESP; pois o “estranhamento da realidade social” e a própria “imaginação sociológica” quando inseridas nesses discursos, são reféns da tal “neutralidade” e do esvaziamento do conceito de “doutrinação ideológica” difundida nos últimos tempos.

Este trabalho está longe de ser uma reflexão acabada sobre os temas em questão e apontamos o atual cenário político como propício às pesquisas voltadas a analisar tais embates e disputas. Também não se trata (apenas) de uma defesa argumentativa das teorias de gênero e da própria sociologia. Destacamos aqui, como problemática a ser combatida dentro e fora da ciência àquilo que está em jogo nas articulações e discursos que se pretendem remodelar a realidade na América Latina e no Brasil. Tais lógicas e articulações discursivas se apresentam em forma de ataques, de censuras e de perseguições a toda e qualquer proposta educacional que busque enfatizar os valores democráticos; considerar a subjetividade humana de forma plural; o respeito e a garantia

¹³ Poder de compra da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, entre outras).

dos direitos humanos e a emancipação dos sujeitos que há muito tempo são invisibilizados dentro do discurso falacioso de que “somos todos/as iguais”.

A escola, a educação formal, e o próprio trabalho docente, emergem como campos de disputas para validação (ou não) de elementos discursivos que, quando articulados, representam uma ameaça sistêmica ao âmbito social em forma de discursos. Por tentar compreender como se constituem os embates hegemônicos em torno da educação, não optamos por analisar as medidas econômicas que instrumentalizam tais campos discursivos, separadas dos aspectos ideológicos que as constituem (ainda que a teoria do discurso nos permita fazer isso); justamente porque a “Escola sem Partido” e a própria “Ideologia de Gênero”, são expressões linguísticas carregadas de valores sociais, culturais, políticos, simbólicos e econômicos compartilhados por grupos conservadores da sociedade e que fundamentam e instituem práticas sociais.

Voltando para a defesa e preocupação com a prática docente em sociologia, segundo Oliveira Filho (2019), existe um ponto que une a IG e o MESP, sendo ele a impossibilidade das instituições escolares irem de encontro em forma de conteúdo às convicções e crenças familiares. Tal ponto além de tirar a autonomia do pensamento crítico e científico, levanta diversas questões acerca do próprio caráter do conhecimento sociológico na educação e no âmbito social mais geral. Como a sociologia pode reagir a tais medidas sendo ela uma disciplina que trabalha com críticas às diversas realidades sociais e conseqüentemente provoca uma desnaturalização dos olhares a estas? Afirmamos que dentro dessa “censura” apontada por nós, não é apenas a categoria gênero que é comprometida, mas a própria liberdade de ensinar dos/das docentes. O que estamos dizendo é que: dentro da lógica da “neutralidade” e do que se entende por “respeito às convicções morais” dos/as estudantes, qualquer pensamento, inclusive legitimador de preconceitos, dentro e fora da sala de aula deve ser acatado, já que o/a professor/a está sendo intimado/a a não trabalhar tais questões, e a “respeitar” os limites morais e familiares de cada estudante.

Não coincidentemente, em paralelo a tais medidas e imposições articuladas, existiu na campanha eleitoral de 2018, o apelo e defesa da educação doméstica ou à distância no ensino fundamental, o que nos mostra uma tentativa de desfoque da escolarização, e a intensificação de uma moralidade familiar exercida sobre a construção do conhecimento em detrimento não só da desvalorização do/a professor/a e da instituição escolar, mas da própria ciência.

Ainda sobre a censura e o verdadeiro patrulhamento anti-intelectual nas instituições de educação, as ideias e difusões sobre ideologização, doutrinação e manipulação em sala de aula não pareceram ser suficientes para extrapolar os limites anti-democráticos. O MESP também foi responsável por criar mecanismos de perseguição, controle e punição aos/as professores/as que se mostrassem contrários/as às imposições morais e ideológicas do movimento. O exemplo disso foi à criação, em 2017, do *monitor da doutrinação*¹⁴, uma plataforma digital que buscou perseguir e expor com fotos e vídeos, professores/as de instituições escolares e universidades¹⁵, e em 2018, o *canal anônimo de denúncias*¹⁶, criado para fiscalizar professores/as em sala de aula.¹⁷

Quando pensamos nesses dois exemplos, aplicados ao ensino de sociologia, assim como no próprio conceito vazio de “doutrinação”, levantamos o questionamento: como seria possível uma *sociologia da neutralidade* que não exclua a criticidade e a capacidade de desenvolver a “imaginação sociológica”? A resposta é óbvia: sociologia dentro dessas *lógicas* de censura não é sociologia.

O ensino da sociologia perpassa por temas e conteúdos que refletem a realidade social a partir de teorias que podem vir de forma contingente a tecer críticas ou possibilitar reflexões antagonistas aos discursos que visam homogeneização, moralização e censura dos conteúdos em sala de aula. A exemplo disso podemos citar: teoria marxista, indústria cultural, cidadania, movimentos sociais e o próprio conceito de gênero. Se trata de uma ciência que discute as realidades sociais e, portanto são inevitáveis as críticas e as possíveis discordâncias com o próprio capitalismo neoliberal. Por isso, apontamos o quanto a definição (ou não definição) do que seria doutrinação é um problema.

Segundo o site do MESP¹⁸, doutrinação seria quando o/a educador/a “se aproveita de suas funções e da presença obrigatória dos alunos em sala de aula para promover suas próprias concepções e preferências ideológicas, políticas e partidárias”. A questão problemática consiste na aplicabilidade e na consistência conceitual/teórica

¹⁴Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/gazeta-do-povo-tira-do-ar-monitor-da-doutrinação-entenda-por-que-31f43x0adm4bz2nc0p951gqvo/>. Último acesso: 07/05/2020.

¹⁵Foi suspensa meses depois, graças à crítica de sindicatos e da comunidade civil.

¹⁶Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,deputada-aliada-do-bolsonaro-cria-canal-anônimo-de-denúncia-contraprofessores-universitários,70002571720>. Acesso em: 20/04/2020.

¹⁷Foi aberto pela deputada estadual Ana Caroline Campagnolo, eleita em Santa Catarina pelo PSL, contra a dita doutrinação.

¹⁸Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 06/03/2020.

do que determina tal “doutrinação”, seguindo essa lógica: O/A professor/a que em sala de aula é proibido/a de responder a qualquer indagação que esteja fora dos preceitos do MESP, não estaria sendo “censurado/a”?

No âmbito da sociologia, por exemplo, como falar de *luta de classes* anulando a crítica que a teoria marxista faz ao *capitalismo*? Ou em História, como falar de fascismo, ditadura ou apologia à violência sem levar em consideração que nos dias atuais, torturadores/as da ditadura militar são louvados/as e aplaudidos/as em rede nacional, no senado federal?

A doutrinação apontada, portanto, não se configura enquanto censura a posicionamentos, questionamentos e críticas que poderiam surgir em sala de aula e que fazem parte do próprio processo de ensino e aprendizagem da sociologia? Quando a escola, por exemplo, trabalha festividades cristãs, como a páscoa, o natal, e os diversos feriados atribuídos a uma determinada cultura e por outro lado nem sequer falam de religiões de matizes africanas, seria essa escola ou esses/as professores/as doutrinadores/as cristãos/cristãs? Quando a escola se omite de discutir questões de gênero e sexualidade frente aos dados de LGBTfobia¹⁹ e violências contra mulher²⁰ que o Brasil enfrenta, esta escola e seus/suas professores/as estariam praticando uma doutrinação cis/heteronormativa e machista?

Responder estas perguntas é antes de tudo um exercício de pensar a ideia de “doutrinação” como um termo vazio de sentido que só pode ser significado enquanto uma falácia e manobra de discursos políticos que visam reduzir o currículo escolar a uma moralidade específica, e ao direcionamento da política vigente. Cabe lembrar que já existem mecanismos jurídicos que asseguram a punição de excessos e abuso de poder na relação entre professor/a e aluno/a. Sendo assim, qualquer tentativa de impor o que pode ou não ser discutido em sala de aula pode ser visto como censura.

Acreditamos que essa ideia de doutrinação é um exemplo de significativo vazio, fazendo referência a uma demanda neutralizadora que não existe na realidade. Não existe sentido real em afirmar que professores/as (sejam de História, Sociologia, ou outras ciências humanas no geral) estejam doutrinando os/as estudantes face ao que propõe o próprio Plano Nacional de Educação (PNE) em relação ao papel desmistificador e desnaturalizador dessas ciências.

¹⁹<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contralgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 17/05/2020.

²⁰https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 17/05/2020.

Apesar do cenário anti-democrático que se configura a partir dos discursos supracitados, não podemos deixar de mencionar a resistência de outros discursos, que disputam por hegemonia de forma antagônica às diretrizes do ultra/neoliberalismo. Por esse trabalho ser também de caráter político-científico, explicitamos a nossa esperança e expectativa em formas de educação que não neguem seu compromisso com a erradicação das desigualdades sociais e com a radicalização da democracia. A exemplo disso, citamos os estudos de Louro (2001) onde identificamos a pedagogia feminista e a pedagogia *queer* que contribuem com o debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e seus papéis pré-determinados; que dão suporte ao trabalho em sala de aula sobre a história das mulheres, do movimento feminista e LGBT; assim como a prevenção e *desconstrução* de preconceitos e discriminações e o constante questionamento do currículo, considerando-o instrumento político-sexual. Além disso, a pedagogia feminista e a pedagogia *queer*, se aproximam do currículo pluri/multicultural e se hibridizam com a pedagogia decolonial, dada a necessidade de uma educação voltada às relações étnico-raciais. Esses são exemplos de discursos educacionais que partilham a compreensão do ambiente escolar como espaço privilegiado de promoção de lógicas sociais alinhadas aos princípios democráticos.

A perspectiva pedagógica/feminista/*queer* - como proposta política gendrada e sexual - visam “desconfiar” do currículo e do que foi estabelecido como legítimo, não somente com a finalidade de incluir as temáticas de gênero e sexualidade na escola, mas também de contestar os discursos que produzem hierarquizações das performances e identidades, sobretudo de corpos dissidentes. Isso significa práticas e movimentos curriculares comprometidos em desestabilizar esses nivelamentos tais como: a incorporação da história das mulheres e do movimento feminista; a presença *queer* e do movimento LGBT nas discussões em sala de aula; o questionamento da representação dos papéis de gênero no material didático, nos murais da escola; as personalidades exploradas nas disciplinas escolares; o conhecimento do corpo e da sexualidade como dispositivos para além da concepção biológica-higienista; o reconhecimento das expressões afetivo-sexuais para além do aparato reprodutivo e o posicionamento contra preconceitos a elas associados; o respeito ao consentimento como indispensável no prazer mútuo; a prevenção ao abuso e exploração sexual; entre outras intervenções primordiais na jornada de cada educando/a.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), documento curricular brasileiro produzido na década de 1990, partilhavam de objetivos e conteúdos condizentes à pedagogia feminista *queer*, notoriamente antagônicos às demandas intelectuais do MESP. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), proposta curricular subsequente atual, deveria atualizar as concepções e orientações anteriormente defendidas pelo PCN. Contudo, a BNCC suprimiu as conotações de gênero e sexualidade em seus planejamentos, ainda baseando-se em uma ideia de educação voltada às concepções positivistas com centralidade no mercado de trabalho, subalternizando a diversidade epistêmica, com a perspectiva do currículo unificado como instrumento de controle do trabalho docente. O governo Bolsonaro defende mudanças ainda mais profundas na BNCC, com a finalidade de institucionalizar o MESP e criminalizar a suposta IG presente nos planos de educação e demais documentos, assim como nos materiais didáticos e demais instrumentos pedagógicos.

Diante do que foi discutido acreditamos ser possível visualizar os embates hegemônicos não só em torno da sociologia, mas da educação de forma geral, sendo o controle e a dominação do trabalho docente um dos pilares dessas “novas” configurações no cenário político/educacional. É papel das pesquisas sociológicas compreender essas articulações que se constituem dentro (quando atacam e censuram os conteúdos e o próprio fazer sociológico) e fora (quando se pretende reformular os rumos da educação como um todo, descaracterizando e menosprezando as ciências humanas) da disciplina.

A partir da reflexão calcada em uma lógica retrodutiva e da própria pesquisa bibliográfica para este trabalho, situamos a sociologia como uma área de conhecimento que mais uma vez, vem sendo questionada em termos de utilidade e função no currículo escolar e a prática docente sendo instrumentalizada, reprimida e coagida. Ressaltamos que dentro de seu processo de intermitência na educação brasileira, foi no período de ditadura militar a última vez que a disciplina foi questionada de forma semelhante. Isso se dá não de forma isolada, mas dentro de articulações discursivas de cunho antipolítico que vêm se instituindo juntamente às políticas ultraliberais em todo o território da América Latina. O ataque à sociologia faz parte das demandas anticência e antipolítica que vêm ganhando força de forma transnacional, através de medidas agnotológicas (políticas de produção da ignorância)²¹, que tentam negar a relevância de conceitos

²¹ No sentido de Robert N. Proctor (2008) na obra: *Agnotology The Making and Unmaking of Ignorance*.

como: gênero e marxismo; difundindo uma lógica anti-democrática e impondo valores e preceitos morais particulares no lugar da ciência.

Conclusão

Os conteúdos que devem ou não fazer parte das matrizes curriculares das escolas brasileiras sempre foram alvo de discussões e disputas políticas. Os discursos educacionais conservadores e ultraliberais ameaçam encerrar qualquer debate a respeito do currículo que fuja de suas concepções, o que nos levou a investigar o que esses sujeitos e grupos políticos produzem e como se articulam, sendo urgente no atual contexto compreender a aderência da sociedade civil a esses discursos, tendo como ferramenta nessa empreitada a Teoria do Discurso.

Acreditamos que o contexto atual de nosso país faz parte de uma profunda crise estrutural e civilizatória, baseada na subjugação da agenda dos direitos humanos aos interesses e articulações de grupos específicos, que se negam a combater as desigualdades e a conceber a democracia como valor indiscutível. As políticas educacionais do atual governo são baseadas no saber hegemônico, no saber “universal” colonial e ocidental, que recusam outros modos de conhecimento. Essa recusa tem como consequências a hegemonia de discursos reacionários, da qual fazem parte o Movimento Escola sem Partido e a “Ideologia de Gênero”, bem como o ataque ao trabalho docente, e às ciências humanas, como a disciplina de Sociologia, foco deste trabalho.

Em consonância com Lopes (2019), defendemos que o MESP e a IG se articulam com outros discursos educacionais conservadores, tais como o ensino domiciliar, baseado nos valores da família patriarcal e da religião; a educação humanística e clássica; a militarização das escolas; a diminuição de despesas do ensino superior; o apagamento dos movimentos sociais (luta por acesso a direitos, feminista, movimento negro e LGBT), entre outras.

Essa despolitização, como ressalta Lopes (2019), resulta em crises: crise do neoliberalismo e crise da democracia. A agenda neoliberal aparenta ser humanista e inclusiva através do discurso de que “somos todos/as iguais” e de seus documentos oficiais, mas não viabiliza oportunidades reais para transformações sociais necessárias.

O MESP e a IG são elementos discursivos de uma articulação transnacional reacionária a inovações político-curriculares, como por exemplo, o método de ensino de Paulo Freire (1997), que não se baseia apenas na alfabetização e na (de)codificação de

letras e números, mas na problematização da sociedade e na “permanente disposição em favor da justiça, da liberdade, do direito de ser.” na “nossa entrega à defesa dos mais fracos, submetidos à exploração dos mais fortes” (FREIRE, 1997, p. 52), na resistência dos oprimidos e oprimidas frente aos seus opressores/as. A pedagogia feminista, pedagogia *queer* e a pedagogia decolonial também se aproximam desse entendimento, apontando processos educativos e possibilidades de ensino que buscam problematizar as desigualdades de gênero e sexualidade, provocando a reflexão política e buscando romper com a lógica de hierarquização de saberes, potencializando outras vozes, outros conhecimentos, muitos destes subjugados pelo currículo racional e antipolítico.

A educação brasileira enfrenta um processo histórico/político/social propício a análise científica e a participação civil em sua constituição. No que diz respeito à sociologia e as ciências humanas, é preciso responder cientificamente às demandas anticência, antipolítica e negacionistas que tem instituído discursos antidemocráticos através de “conceitos” vazios como os de “neutralidade” e “doutrinação”. Percebemos que o processo de intermitência da sociologia no currículo escolar, assim como a contra-ofensiva em relação ao gênero e às teorias marxistas são posicionamentos ideológicos e sobretudo políticos de direita, que colocam a educação em uma situação de subordinação em consonância com os discursos hegemônicos do neoliberalismo. Para além dos debates de gênero e sexualidade e da própria intermitência da sociologia no curricular escolar, o trabalho docente se encontra como objeto de constante disputa em detrimento de uma “nova configuração” que se impõe através da censura, perseguição, criminalização e instrumentalização; se utilizando de vários dispositivos para limitar a liberdade de ensinar e aprender.

Referências

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, v.1, n. 80, p.71-96. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BARBOSA, Marina. Bolsonaro quer proibir ideologia de gênero das escolas através de projeto de lei. Congresso em foco, 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/bolsonaro-quer-proibir-ideologia-de-genero-das-escolas-atraves-de-projeto-de-lei/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BROWN, Wendy. *In the Ruins of Neoliberalism - The Rise of Antidemocratic Politics in the West*. Nova York: Columbia University Press, 2019. 256 p.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, Racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, ago., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>. Acesso em: 07 mai. 2020.

CASARIN, Helen de Castro S.; CASARIN, Samuel S. *Pesquisa científica: da teoria à prática*. 1. Ed., Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012. 200 p.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Gallimard, 1976. 176 p.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não. cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água, 1997. 84 p.

FREITAS, Maria Cristina L.; FRANÇA, Carlos Eduardo. História da Sociologia e de sua inserção no ensino médio. *Movimentação*, Dourados, v. 3, n. 5, 2016. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>. Acesso em: 24 mar. 2020.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. Explicação críticas em ciências sociais: a abordagem das lógicas. In: LOPES, Alice Cassimiro; OLIVEIRA, Ana Luiza Ramos Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Souza de. *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife: Editora UFPE, 2018. p. 53-102.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 478 p.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 339 p.

KROSKA, Annie. Gender ideology and gender role ideology. In: RITZER, George. (Ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Oxford: Blackwell Publishing. p.1867-1868, 2007.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Toward a Radical Democratic Politics*. 2. Ed. London: Verso, 1989. 193 p.

LOPES, Alice Casimiro. Articulações de demandas educativas (im)possibilitadas pelo antagonismo ao “marxismo cultural”. *Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Arizona State University, v. 27, n.109, set. 2019. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/4881>. Acesso em: 07 mai. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 9, n. 2, fev. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis Revista*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, ago. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163/18213>. Acesso em: 12 mai. 2020.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, set./dez., 2017.

MISKOLCI, Richard; Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay*. *Caderno Pagu*, São Paulo, v. 6, n. 28, Jan./Jun., 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 mai. 2020.

NETO, Filinto, CAMPOS, Gabriela. O Impacto do Neoliberalismo na Educação Brasileira. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADES E EDUCAÇÃO – SIRSSE, 12., 2017. Paraná. Anais... Eletrônicos do XIII Congresso Nacional de Educação . Paraná: PUCPress - Editora Universitária Champagnat, 2017. p. 7636-7647.

OLIVEIRA FILHO, Michel Baltazar de. O imaginário conservador na educação: uma análise dos discursos das audiências do Escola sem Partido (PL nº 7.180/14). 2019. 130 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. 2019.

OLIVEIRA, Ana Luiza Ramos Martins de.; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Souza de . Novas tentativas de controle moral da educação: conflitos sobre gênero e sexualidade no currículo e na formação docente. *Educação Tunisinos*, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 1, jan./mar., 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.221.02>. Acesso em: 07 jan. 2020.

OLIVEIRA, Ana Luiza Ramos Martins de.; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Souza de.; MESQUITA; Rui Gomes de. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez., 2013.

ORSATO, Andreia; FERREIRA, M. O. Vieira. O Debate sobre gênero e o ensino de sociologia: Mapeando essa relação numa instituição federal de ensino básico, técnico e tecnológico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13THWOMEN’S WORLDS CONGRESS. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]: 13th. Women’s Worlds, Florianópolis, 2017. p.17-25.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista Saúde pública*, v. 29, n. 4, mai./jun., 1995.

RAMÍREZ, Arguedas Gabriela. “Ideología de género”, lo “post-secular”, el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: la vocación anti-democrática. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Apartado%2020200203.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2020.

REIS, Natalia. A ideologia do Sigma hoje. Neointegralismo, intolerância e memória. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 46, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/11328/7893>. Acesso em: 07 mar. 2020.

SCALA, J. *Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Katechesis, 2011. 200 p.

SILVA, Silas Veloso de Paula de. Diversidade de gênero e “Ideologia de gênero” na educação: estudo de caso em uma escola do Recife. 2019. 67 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. No prelo.

Revista
Diversidade
e Educação

Recebido em maio de 2020

Aprovado em junho de 2020.